

		Descrição Original
1	Pergunta	1. Cronograma da Contratação 1.ii. “A pergunta de esclarecimento e a adesão ao modelo de negócio estão listadas como exigidas até 22 de maio. Poderiam confirmar se isso está correto, ou se deveria ser em junho, após o workshop de apresentação ao mercado?”
	RESPOSTA	A RNP esclarece que, de acordo com o Termo de Referência, o prazo de 22 de maio de 2026 referia-se especificamente à primeira etapa do processo, denominada etapa de Habilitação Comercial, na qual os fornecedores interessados devem confirmar formalmente sua concordância integral com o modelo de negócio de licenciamento descrito no item 4.1 do Termo de Referência. Essa etapa é eliminatória e precede as etapas subsequentes de natureza técnica, comercial e relacionadas à PoC. A apresentação da proposta comercial completa não faz parte desta primeira etapa. Contudo, sem prejuízo da regularidade das etapas previstas no Termo de Referência e sem alteração do escopo, dos requisitos mínimos, dos critérios de habilitação e classificação, ou da matriz de avaliação estabelecida, a RNP entende que a concessão de prazo adicional pode contribuir para ampliar a competitividade do processo, permitir a apresentação de manifestações mais consistentes pelos fornecedores e reduzir riscos de interpretação pelos interessados. Dessa forma, em atenção aos princípios de isonomia, transparência, razoabilidade, competitividade e busca da proposta mais vantajosa e tecnicamente adequada, a RNP decidiu prorrogar o prazo. Assim, o prazo para apresentação da declaração de concordância relativa à primeira etapa fica prorrogado até 8 de junho de 2026. Eventuais questionamentos complementares poderão ser encaminhados até 29 de maio de 2026, e as respostas consolidadas aos esclarecimentos serão disponibilizadas até 3 de junho de 2026.
2	Pergunta	1.iii. “O prazo para envio das propostas está listado abaixo como 08/06/2025. Poderiam confirmar o prazo para as propostas? Acreditamos que seria 6 de agosto de 2026, considerando que o workshop de apresentação ao mercado não ocorrerá até 18 de junho, mas gostaríamos de obter sua confirmação sobre isso.”
	RESPOSTA	Qualquer referência ao ano de 2025 deve ser desconsiderada, por ser incompatível com o processo atual de 2026. Como consequência da prorrogação concedida para a primeira etapa, os marcos subsequentes do processo também foram ajustados, a fim de preservar a coerência procedimental entre as etapas e assegurar prazo razoável para a preparação dos artefatos seguintes. Assim, o prazo para apresentação das propostas comerciais passa a ser 15 de junho de 2026. A janela prevista para demonstração da PoC ocorrerá entre 26 de junho de 2026 e 2 de julho de 2026. Essa prorrogação não implica reabertura ou modificação substancial do Termo de Referência, tampouco altera a natureza sequencial do processo de habilitação, os requisitos constantes do Anexo I, a necessidade de atendimento integral aos requisitos obrigatórios, ou as condições estabelecidas para as etapas subsequentes.
3	Pergunta	2. “Não há prazos de contratação e de projeto previstos na documentação fornecida. Poderiam disponibilizar um cronograma indicando por quanto tempo os processos de contratação ocorrerão e qual é o prazo planejado de implementação da plataforma de Exames Digitais antes de sua entrada em produção?”
	RESPOSTA	O Termo de Referência estabelece um processo de contratação em fases, compreendendo: habilitação comercial, habilitação técnica e preço, e etapa de Prova de Conceito. Considerando a prorrogação ora concedida, os marcos procedimentais atuais são os seguintes: • Questionamentos complementares poderão ser encaminhados até 29 de maio de 2026; • As respostas consolidadas aos esclarecimentos serão disponibilizadas até 3 de junho de 2026; • O prazo para apresentação da declaração de concordância relativa à primeira etapa é 8 de junho de 2026; • O prazo para apresentação das propostas comerciais é 15 de junho de 2026; • A janela prevista para demonstração da PoC é de 26 de junho de 2026 a 2 de julho de 2026. O modelo de implantação poderá seguir tanto o modelo on-premise, sob infraestrutura do INEP, quanto o modelo de nuvem pública no Brasil, provisionada pela RNP, conforme detalhado no Termo de Referência e no Anexo I. O cronograma final de implementação será alinhado com o fornecedor selecionado, o modelo de implantação aprovado e os marcos contratuais.
4	Pergunta	3. Comunicações da Licitação 3.i. “Como a proposta exigirá o compartilhamento de informações comercialmente sensíveis e propriedade intelectual, é usual que um acordo mútuo de confidencialidade (NDA) seja assinado por ambas as partes. Haverá um NDA para este processo de contratação?”
	RESPOSTA	O Termo de Referência já prevê que a documentação de cada fornecedor submetida à RNP será tratada como informação reservada e não será divulgada aos demais participantes. Tais informações serão compartilhadas apenas com as equipes internas envolvidas no processo. Caso um NDA ou instrumento adicional de confidencialidade seja considerado necessário, essa possibilidade poderá ser avaliada pelas equipes jurídica e de compras da RNP, de acordo com as regras aplicáveis ao processo.
5	Pergunta	3.ii. “Há algum modelo ou formato preferencial para o envio das perguntas de esclarecimento?”
	RESPOSTA	As perguntas de esclarecimento devem ser preferencialmente encaminhadas por escrito, em formato estruturado, com referência ao item pertinente do Termo de Referência ou ao código correspondente no Anexo I, sempre que aplicável. Considerando o cronograma ajustado, questionamentos complementares poderão ser encaminhados até 29 de maio de 2026.
6	Pergunta	3.iii. “Vocês compartilharão as perguntas de esclarecimento feitas por todos os potenciais proponentes ou elas permanecerão privadas?”
	RESPOSTA	A RNP poderá consolidar e compartilhar com todos os participantes respostas de interesse geral, preservando, ao mesmo tempo, informações confidenciais, proprietárias ou comercialmente sensíveis submetidas por cada fornecedor. Essa abordagem busca assegurar transparência, isonomia e acesso igualitário às informações relevantes ao longo do processo. As respostas consolidadas aos esclarecimentos serão disponibilizadas até 3 de junho de 2026.
7	Pergunta	4. Proposta Comercial 4.i. “Poderiam confirmar em qual moeda todas as propostas comerciais devem ser apresentadas, bem como a estrutura a ser adotada, incluindo ou excluindo tributos associados?”
	RESPOSTA	Os fornecedores devem apresentar a proposta comercial de forma clara e estruturada, com custos segregados de acordo com o Termo de Referência: licenciamento; implantação e transferência de conhecimento; e manutenção, suporte técnico e operação assistida. A proposta deve identificar os tributos, encargos e premissas aplicáveis utilizados na precificação, de modo que a RNP possa avaliar o custo total da solução proposta em condições comparáveis. Considerando a prorrogação concedida e o ajuste dos marcos subsequentes, o prazo para apresentação das propostas comerciais é 15 de junho de 2026. Empresas estrangeiras, sediadas fora do Brasil, poderão preferencialmente utilizar o dólar americano na elaboração de suas propostas.
8	Pergunta	4.ii. “O escopo dos exames [...] não está claramente articulado no Termo de Referência. Esse entendimento é muito importante para dimensionar corretamente os requisitos de suporte, especialmente para os componentes ‘Durante o Exame’ e ‘Aplicação do Exame’, que precisam ser precificados com base nos requisitos dos exames.”
	RESPOSTA	A RNP esclarece que o objeto do processo não está estruturado como um modelo de contratação pay-per-exam ou baseado em volume. O Termo de Referência exige o fornecimento de uma solução tecnológica para exames digitais sob um modelo de licenciamento perpétuo com uso institucional irrestrito, sem limitação de usuários, itens, bancos de itens, exames, simulações, aplicações simultâneas ou ciclos anuais de aplicação, sujeito apenas às limitações físicas da infraestrutura. Assim, a proposta comercial deve incluir todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto, incluindo quaisquer funcionalidades, integrações, licenças, suporte, armazenamento, segurança, proctoring ou outros componentes necessários ao atendimento do Termo de Referência. A prorrogação ora concedida não altera o escopo da contratação, os requisitos mínimos, os critérios de habilitação e classificação, ou a matriz de avaliação estabelecida no Termo de Referência e no Anexo I.
9	Pergunta	5. Escopo 5.i. “Seria possível agendar uma chamada introdutória com a equipe de compras como parte deste processo [...]”
	RESPOSTA	A RNP agradece a oportunidade de dialogar com os fornecedores. Contudo, a fim de preservar o tratamento igualitário entre todos os participantes, quaisquer interações adicionais serão conduzidas por meio de canais formais e transparentes, tais como workshops oficiais, procedimentos escritos de esclarecimento ou outras comunicações disponibilizadas a todos os fornecedores participantes. Por ora, apenas a reunião de workshop do dia 18 foi agendada para fins de esclarecimento. A concessão de prazo adicional tem justamente o objetivo de permitir que os interessados preparem manifestações mais consistentes e reduzir riscos de interpretação, preservando a isonomia, a transparência e a competitividade.

10	Pergunta	5.ii. "Gostaríamos de ter a oportunidade de compreender melhor o escopo deste projeto e como a solução que está sendo contratada pela RNP em nome de órgãos incluindo INEP, MCTI e MEC será utilizada em casos de uso de educação básica, ensino médio, ensino superior e qualificação profissional."
	RESPOSTA	O Termo de Referência atual trata da aquisição de uma solução tecnológica para exames digitais no âmbito da cooperação entre RNP e INEP, com o objetivo de apoiar o INEP na modernização de processos de avaliação educacional atualmente conduzidos presencialmente, em diferentes contextos de exames. A Prova de Conceito está focada na segunda etapa do exame Revalida, conforme descrito no Termo de Referência e no Anexo II. Essa Prova de Conceito tem como objetivo avaliar o escopo funcional do produto e validar os requisitos associados à terceira etapa do processo, conforme definido no Termo de Referência. Qualquer uso institucional mais amplo estará sujeito ao escopo, à governança e às condições contratuais estabelecidas neste processo.
11	Pergunta	5.iii. "Os exemplos fornecidos para os casos de uso indicam que esta plataforma está sendo utilizada para Avaliações de Qualificação Médica, mas o escopo mais amplo dos requisitos poderia ser aplicável a qualquer segmento. Assim, gostaríamos de garantir que compreendemos claramente a amplitude do escopo como parte da nossa resposta."
	RESPOSTA	O caso de uso da segunda etapa do Revalida é o caso de negócio de referência para a PoC e tem por objetivo avaliar a capacidade da solução de apoiar um cenário complexo de exame digital no estilo vOSCE. Ao mesmo tempo, o Termo de Referência exige uma plataforma de exames digitais mais ampla, incluindo capacidades como gestão de itens, montagem de exames, aplicação, monitoramento, proctoring, relatórios, interoperabilidade, exportação de dados, auditabilidade, suporte e operação assistida. Portanto, os fornecedores devem responder ao escopo completo do Termo de Referência, e não apenas ao cenário da PoC. Assim, é correto compreender que o produto/solução de exames digitais deve ser capaz de atender a contextos mais amplos do que aqueles apresentados no caso requerido na PoC. A janela prevista para demonstração da PoC é de 26 de junho de 2026 a 2 de julho de 2026.
12	Pergunta	5.iv. "Para as avaliações de exemplo fornecidas, uma delas é uma tarefa de exame presencial/físico. Podemos confirmar se o objetivo do caso de uso seria recriar isso como um exame digital ou se seria melhor viabilizar a entrega do processo de exame presencial/físico, por exemplo, captura digital de dados e correção da conclusão, pelo candidato, de uma tarefa presencial/física?"
	RESPOSTA	A PoC tem por objetivo demonstrar como a solução proposta pode apoiar a execução e a gestão digital do fluxo avaliativo, incluindo estações no estilo vOSCE, interações digitais, materiais de apoio, respostas em áudio/vídeo/texto, proctoring, relatórios, capacidades de exportação e recursos relacionados à auditoria. Há pelo menos duas estações concebidas para demonstrar o potencial funcional do produto sob a perspectiva do exame Revalida. Por exemplo, na Estação 1, um roteiro e vídeos previamente fornecidos são apresentados juntamente com o Termo de Referência para que o fornecedor possa desenvolver o exame, realizar as configurações exigidas dos requisitos relevantes definidos no Termo de Referência e demonstrar como o produto/solução executa um exame utilizando vOSCE (Virtual Objective Structured Clinical Examination), uma metodologia para avaliar as habilidades de raciocínio médico, tomada de decisão e interpretação clínica do candidato/estudante em cenários envolvendo áreas médicas. Além de criar, configurar, gerenciar, aplicar, monitorar e exportar exames, a RNP espera uma demonstração do processo sob a perspectiva do estudante/candidato realizando o exame. O objetivo não é meramente converter todos os componentes físicos em um formato de exame remoto, mas avaliar como a plataforma pode apoiar, gerir, registrar, avaliar e evidenciar digitalmente as interações avaliativas relevantes, incluindo cenários que possam envolver componentes simulados, práticos ou presenciais.
13	Pergunta	4.1 – Licenciamento da Solução de Exames Digitais O RFP exige licenciamento perpétuo com uso institucional irrestrito. Favor confirmar se a licença perpétua se aplica apenas à plataforma central de exames digitais ou se também inclui proctoring, monitoramento baseado em IA, analytics/relatórios, APIs/integrações e futuras atualizações do produto.
	RESPOSTA	A licença perpétua deve abranger a solução de exames digitais necessária para atender integralmente ao escopo descrito no Termo de Referência, incluindo os módulos, funcionalidades, integrações nativas ou certificadas e capacidades mínimas indicadas no item 4.1 e no Anexo I. Assim. Funcionalidades de supervisão, quando segmentadas da solução principal, podem ser precificadas separadamente do licenciamento principal, uma vez que o item 4.1.7: PRO14 permite integração com ferramentas de terceiros, mas devem incluir o modelo de licenciamento perpétuo se integradas à sua solução nativa, ainda que com custo separado. Outras funcionalidades, como monitoramento baseado em IA, analytics/relatórios e APIs/integrações, são parte integrante da solução principal e, portanto, estão abrangidas pelo licenciamento perpétuo. As atualizações do produto somente deverão ser integradas se os serviços de manutenção e suporte estiverem ativos.
14	Pergunta	4.1 – Licenciamento da Solução de Exames Digitais O número de exames ou simulações de testes inclui também exames com proctoring remoto?
	RESPOSTA	Sim. A referência a exames e simulações de testes deve ser compreendida de forma abrangente, incluindo aplicações presenciais, remotas, síncronas e assíncronas e, quando configurado, exames com proctoring remoto ou outros mecanismos de supervisão previstos no Termo de Referência.
15	Pergunta	4.1 – Licenciamento da Solução de Exames Digitais Favor esclarecer se "uso institucional irrestrito" significa usuários ilimitados, exames ilimitados, bancos de itens ilimitados, ciclos de exames ilimitados e aplicações simultâneas ilimitadas, sem qualquer limite comercial.
	RESPOSTA	Sim, de acordo com o Termo de Referência. O uso institucional irrestrito assegura ao INEP e à RNP o direito de uso pleno da solução, sem limitações comerciais quanto ao número de usuários, itens, bancos de itens, exames ou simulações, aplicações simultâneas, ciclos anuais de aplicação e volume de armazenamento associado à lógica funcional da plataforma, exceto quanto às limitações físicas da infraestrutura. Contudo, é vedada a cessão, sublicenciamento ou subcontratação da solução, conforme mencionado no Termo de Referência.
16	Pergunta	Modelo de Negócio / Oferta Favor confirmar se o modelo comercial esperado inclui: (i) uma taxa fixa única de licença perpétua; (ii) preços recorrentes anuais para suporte, manutenção e operação assistida; (iii) precificação baseada em uso para proctoring ou outros serviços; ou (iv) uma combinação desses modelos
	RESPOSTA	O modelo de negócio deve aderir à estrutura descrita no Termo de Referência: licenciamento; implantação e transferência de conhecimento; e manutenção, suporte técnico e operação assistida. A taxa de licenciamento será não recorrente, enquanto as taxas de manutenção e suporte serão recorrentes anualmente (desde que renovado). A taxa de operação assistida é cobrada sob demanda.
17	Pergunta	Modelo de Negócio / Oferta Favor confirmar se a proposta comercial deve incluir todos os custos de licenças de terceiros, licenças de banco de dados, middleware, ferramentas de monitoramento, ferramentas de proctoring, componentes de IA/analytics, armazenamento, segurança e outros softwares/serviços externos necessários para a operação completa da solução, ou se tais itens podem ser precificados separadamente. Caso a precificação separada seja permitida, favor esclarecer quais categorias podem ser precificadas separadamente e se podem ser estruturadas como cobranças anuais recorrentes, cobranças baseadas em uso ou cobranças sob demanda.
	RESPOSTA	A proposta não exige custos de infraestrutura relacionados à solução. No entanto, deve expressar todos os requisitos necessários para a operação sem interrupções. A proposta deve focar no objeto do Termo de Referência, que se refere ao produto de exames digitais conforme descrito no Termo de Referência e no Anexo I.
18	Pergunta	Modelo de Implantação A / Modelo B Favor confirmar o modelo de implantação preferencial: on-premise do INEP, nuvem da RNP, nuvem gerenciada pelo fornecedor, implantação híbrida, ou se todos os modelos são aceitáveis para avaliação.
	RESPOSTA	O TR suporta dois modelos de implantação: Modelo A, na infraestrutura própria do INEP; e Modelo B, na nuvem pública AWS, Azure ou GCP, todas localizadas na região Brasil e provisionadas pela RNP. Contudo, a preferência é operar no Modelo A, utilizando a infraestrutura do INEP.
19	Pergunta	4.1.4 – Ambientes Não Produtivos Assumimos que todos os ambientes — produção, pré-produção, testes/simulação e treinamento — serão configurados dentro do ambiente INEP/RNP. Poderiam confirmar?
	RESPOSTA	Sim. Os ambientes de produção, homologação, testes/simulação e treinamento devem estar incluídos no modelo de implantação adotado, sob a governança do INEP/RNP, com isolamento de dados entre ambientes e conformidade com os requisitos de segurança, privacidade, desempenho e operação estipulados no Termo de Referência.

20	Pergunta	Modelo de Implantação A / Modelo B Favor esclarecer se a compatibilidade com Kubernetes/OpenShift é obrigatória para todos os componentes da solução ou apenas preferencial.
	RESPOSTA	A solução deverá cumprir os requisitos de implantação e compatibilidade tecnológica definidos no TR para os diferentes modelos de execução. Para ambientes institucionais on-premise, deverão ser observadas as premissas arquitetural e operacionais definidas pelo INEP. Para ambientes em nuvem, serão aceitas soluções compatíveis com plataformas Kubernetes gerenciadas, desde que atendidos os requisitos funcionais, operacionais, de segurança, disponibilidade e suporte definidos no TR.
21	Pergunta	Modelo de Implantação A Favor confirmar se a compatibilidade/certificação com OpenShift 4.18 e o suporte ao Oracle 19 RAC são requisitos obrigatórios para implantação no ambiente on-premise Modelo A do INEP, ou se são apenas requisitos desejáveis/pontuáveis. Caso não sejam obrigatórios, favor confirmar se distribuições alternativas de Kubernetes e tecnologias alternativas de banco de dados podem ser propostas, desde que atendam aos requisitos exigidos de desempenho, segurança, disponibilidade e suporte.
	RESPOSTA	A compatibilidade/certificação com OpenShift 4.18 e o suporte ao Oracle 19 RAC são requisitos desejáveis com maior peso de pontuação. Para o Modelo A, a solução deverá cumprir os requisitos de compatibilidade e interoperabilidade definidos para o ambiente tecnológico de referência do INEP, conforme estabelecido no TR.
22	Pergunta	Modelo de Implantação B Para implantação em nuvem da RNP, favor confirmar se AWS, Azure, GCP ou plataformas Kubernetes gerenciadas, como EKS, AKS ou GKE, são aceitáveis.
	RESPOSTA	Para o Modelo B, poderão ser utilizadas infraestruturas de nuvem pública e plataformas Kubernetes gerenciadas compatíveis com os requisitos estabelecidos no TR, desde que atendidos os requisitos mínimos de segurança, desempenho, disponibilidade, observabilidade, suporte operacional e demais critérios definidos para a contratação.
23	Pergunta	Modelo de Implantação A / Modelo B Favor confirmar se a solução deve suportar implantação em cluster compartilhado com isolamento por namespace, ou se é esperado um cluster dedicado.
	RESPOSTA	O TR não estabelece requisito obrigatório para clusters dedicados ou compartilhados. A solução deverá suportar modelos de implantação compatíveis com as melhores práticas de isolamento lógico, segurança, segregação de ambientes e governança operacional, considerando as premissas tecnológicas definidas para o ambiente de execução.
24	Pergunta	Modelo de Implantação A / Modelo B Favor confirmar se manifests de implantação, Helm charts, Operators, receitas GitOps/IaC ou artefatos de automação CI/CD devem ser submetidos com a proposta ou apenas após a adjudicação/shortlisting.
	RESPOSTA	Os artefatos de implantação, automação e Infraestrutura como Código necessários para instalação, atualização, operação e manutenção da solução deverão ser entregues durante a execução contratual, de acordo com o cronograma e os marcos definidos no projeto de implementação. Sua submissão integral não é exigida na fase de proposta, exceto quando solicitada para fins de validação técnica, demonstração ou comprovação de capacidade.
25	Pergunta	Dimensionamento e Capacidade Favor confirmar o volume anual esperado de candidatos, pico de usuários concorrentes, número de sessões simultâneas de exame e crescimento esperado ao longo do período contratual.
	RESPOSTA	A estimativa deve considerar 20.000 usuários como referência inicial e aumentará ano a ano. Portanto, esse número deve ser usado apenas para estimar o volume, a concorrência e os cenários de capacidade definidos no TR. Os requisitos do Anexo I deverão ser considerados como parâmetros de referência para o dimensionamento mínimo da solução, abrangendo diferentes perfis de aplicação, cenários de expansão e evolução operacional ao longo do prazo contratual. A solução deverá demonstrar escalabilidade horizontal e vertical compatível com os cenários apresentados no questionário técnico, preservando desempenho, disponibilidade e integridade operacional.
26	Pergunta	Dimensionamento e Capacidade O questionário faz referência ao dimensionamento para 5.000, 10.000 e 20.000 usuários simultâneos. Favor confirmar se esses números são limites obrigatórios de certificação, cenários-alvo de planejamento ou metas futuras de escalabilidade. Além disso, favor esclarecer se os mesmos níveis de concorrência se aplicam tanto à aplicação da avaliação quanto ao proctoring/supervisão, ou se devem ser usadas premissas separadas de concorrência para: (i) candidatos realizando avaliações; e (ii) candidatos que exigem proctoring com gravação de áudio/vídeo, monitoramento ao vivo, monitoramento baseado em IA ou supervisão híbrida durante a mesma janela de exame.
	RESPOSTA	As quantidades definidas no questionário técnico representam cenários de referência para planejamento, validação de capacidade e verificação de escalabilidade da solução. A CONTRATADA deverá considerar que os níveis de concorrência podem variar de acordo com o modelo de aplicação, incluindo cenários que envolvam supervisão remota, gravação audiovisual, monitoramento assistido ou automatizado e modelos de aplicação híbridos. Portanto, o dimensionamento da solução deverá considerar separadamente os componentes de aplicação da avaliação e os componentes adicionais de supervisão/proctoring quando utilizados simultaneamente.
27	Pergunta	Dimensionamento e Capacidade Favor confirmar a duração média esperada dos exames padrão, exames de alta importância e exames vOSCE/simulações clínicas.
	RESPOSTA	A solução deverá suportar diferentes perfis de duração de acordo com o tipo de avaliação, incluindo exames de curta, média e longa duração, com duração média esperada de 5 a 6 horas. A plataforma deverá ser projetada para suportar sessões contínuas prolongadas sem perda de integridade, estabilidade ou registro de evidências.
28	Pergunta	Dimensionamento e Capacidade Qual percentual de exames deverá exigir gravação de vídeo/áudio, upload de resposta em vídeo, proctoring remoto ou monitoramento baseado em IA?
	RESPOSTA	O TR não define um percentual único de exames que utilizarão gravação, upload de vídeo, proctoring remoto ou monitoramento baseado em IA. A solução deve permitir que o proctoring seja habilitado ou desabilitado por exame e deve suportar tais capacidades quando configuradas, de acordo com os requisitos do TR e do Anexo I. Contudo, a estimativa é de cerca de 50% por exame.
29	Pergunta	Dimensionamento e Capacidade Favor confirmar se os testes de carga devem ser realizados dentro do ambiente INEP/RNP antes do go-live, durante a PoC ou após a adjudicação do contrato. E se o INEP realizará o teste de carga por conta própria, ou se o INEP espera que o fornecedor o realize.
	RESPOSTA	O fornecedor deve ser capaz de apoiar e/ou realizar testes de validação técnica de desempenho e segurança, de acordo com o modelo de implantação. O Termo de Referência (TR) estipula que a solução deve ser capaz de passar por ciclos definidos pelo cliente para validação de desempenho e segurança. Os detalhes operacionais desses testes serão definidos durante a fase de implementação e planejamento da execução. Assim, o teste será realizado pela RNP/INEP após a contratação, no ambiente selecionado para implantação, com apoio do fornecedor para validar a capacidade de suportar o exame a ser aplicado.
30	Pergunta	Evidência Técnica Favor confirmar se relatórios de desempenho/testes de carga devem ser submetidos com a proposta, dentro de um período específico, durante a PoC ou após o shortlisting.
	RESPOSTA	Evidências técnicas de desempenho poderão ser solicitadas conforme as etapas do processo. Na Etapa 2, o fornecedor deverá apresentar o Anexo I preenchido, evidências de casos similares e a proposta comercial. Na Etapa 3, a PoC terá finalidade demonstrativa e validatória, e a RNP poderá solicitar evidências adicionais, incluindo relatórios de desempenho ou testes de carga, se necessário.
31	Pergunta	4.1.1 – Criação e Gestão de Itens Uma abordagem de workflow estruturado também é exigida para arquivamento de itens?
	RESPOSTA	Sim, item desejável (CNF26, Anexo I). O TR prevê um workflow estruturado e personalizável que abrange a criação, revisão, aprovação, publicação e arquivamento de itens.
32	Pergunta	4.1.3 – Criação e Aplicação de Exames O que se entende por controle de início automático e manual neste contexto?
	RESPOSTA	O controle de início automático ou manual refere-se à capacidade de configurar exames para iniciar automaticamente, de acordo com regras e janelas previamente definidas, ou manualmente por um perfil autorizado, conforme a estratégia operacional do exame.
33	Pergunta	4.1.3 – Criação e Aplicação de Exames Poderiam detalhar o que se entende por “pausa técnica controlada” neste contexto?
	RESPOSTA	Uma pausa técnica controlada significa a possibilidade de interrupção temporária, controlada e rastreável da aplicação por razões técnicas ou operacionais, preservando a integridade da sessão, logs, tempo, governança e a possibilidade de retomada conforme as regras do exame.

34	Pergunta	4.1.3 – Criação e Aplicação de Exames Favor esclarecer se o modo offline temporário/buffering é obrigatório para todos os tipos de exame ou apenas para cenários específicos de aplicação de exames.
	RESPOSTA	Mecanismos de tolerância a falhas de conectividade, incluindo buffering temporário e sincronização posterior, deverão ser suportados em cenários em que a continuidade da aplicação possa ser impactada por instabilidade de rede, considerando as características operacionais e os requisitos definidos no TR. Portanto, deve estar disponível em todos os exames online com proctoring presencial. Por exemplo, se houver uma queda de energia, o exame/aplicação será recuperado e retomado assim que a energia for restaurada.
35	Pergunta	4.1.3 – Criação e Aplicação de Exames Favor esclarecer se os exames devem suportar aplicação síncrona e assíncrona desde o primeiro dia.
	RESPOSTA	Sim. O TR (AVA21, Anexo I) prevê aplicação síncrona e assíncrona como uma capacidade da solução. O fornecedor deve declarar e demonstrar conformidade de acordo com o Anexo I e as etapas de avaliação.
36	Pergunta	Execução do Exame Favor esclarecer se o suporte híbrido/baseado em papel e a capacidade de baixar ou imprimir avaliações são obrigatórios para a solução de exames digitais. Caso exames em papel ou híbridos sejam exigidos, favor esclarecer o processo esperado para marcação, pontuação, upload, validação e conclusão dessas avaliações dentro da plataforma.
	RESPOSTA	A solução deverá suportar mecanismos híbridos, permitindo a criação e aplicação de avaliações nos formatos online e híbrido (AVA05), bem como a funcionalidade de imprimir essas avaliações (AVA07), conforme previsto nos requisitos do Termo de Referência.
37	Pergunta	4.1.7 – Proctoring O RFP faz referência a “mecanismos de supervisão remota e/ou presencial/on-site” nos requisitos de proctoring. Favor esclarecer se “supervisão presencial/on-site” significa: (i) proctoring remoto ao vivo por webcam/áudio por um fiscal online; (ii) supervisão conduzida fisicamente em um centro de aplicação/sala/laboratório por fiscais locais; ou (iii) ambos os modelos. Favor também confirmar se se espera que o fornecedor forneça os fiscais humanos/invigilators ou apenas a plataforma tecnológica para apoiar esses modelos de supervisão.
	RESPOSTA	A expressão refere-se à capacidade tecnológica da solução de suportar mecanismos de supervisão remota e/ou presencial, de acordo com a configuração do exame. O TR não presume automaticamente a contratação de fiscais humanos ou invigilators como parte da licença.Deve-se assegurar que existam capacidades para monitorar todas as sessões online, com monitoramento que permita aos supervisores visualizar em tempo real o que está acontecendo.
38	Pergunta	4.1.7 – Proctoring Favor confirmar se modelos de proctoring aumentados por IA, record-and-review, proctoring remoto ao vivo e modelos híbridos de proctoring são aceitáveis, ou se o proctoring totalmente ao vivo é obrigatório.
	RESPOSTA	O produto deve garantir estritamente gravação contínua de áudio/vídeo e monitoramento efetivo durante toda a avaliação, em plena conformidade com os requisitos do TR e do Anexo I.
39	Pergunta	Infraestrutura de Proctoring Favor confirmar se todas as gravações de proctoring, evidências, logs e saídas de processamento de IA devem ser armazenadas e processadas no Brasil.
	RESPOSTA	A solução deve operar em ambiente dedicado sob governança do INEP/RNP e, no Modelo B, em nuvem pública na região Brasil. Dados, evidências, registros e saídas relacionadas ao proctoring devem permanecer sob controle do contratante e cumprir as condições de residência, segurança, rastreabilidade, governança e LGPD previstas no TR e no instrumento contratual.
40	Pergunta	Infraestrutura de Proctoring Favor confirmar o período de retenção esperado para gravações de proctoring, evidências de comportamento suspeito, logs de sessão, registros de áudio/vídeo e trilhas de auditoria.
	RESPOSTA	A solução deve suportar períodos de retenção de dados configuráveis e totalmente parametrizáveis para gravações de proctoring, evidências, logs de sessão e trilhas de auditoria. Os limites específicos de retenção serão definidos e gerenciados pela instituição em conformidade com as políticas internas de governança e as normas aplicáveis de proteção de dados (LGPD).
41	Pergunta	Infraestrutura de Proctoring Favor esclarecer se “modo de gravação local com pós-sincronização” significa que, em situações de baixa largura de banda ou conectividade instável, a solução de proctoring deve continuar gravando áudio/vídeo e evidências de proctoring localmente no dispositivo do candidato e sincronizar/enviar automaticamente os dados quando a conectividade for restaurada. Favor também confirmar se essa capacidade é obrigatória para todos os exames com proctoring ou apenas desejável para cenários específicos de baixa conectividade.
	RESPOSTA	Sim. O conceito de “modo de gravação local com pós-sincronização” refere-se à capacidade de armazenar temporariamente evidências de supervisão localmente, incluindo gravações e eventos de monitoramento, com sincronização automática após a conectividade ser restaurada. É desejável que tal funcionalidade seja suportada nos cenários aplicáveis definidos no TR.
42	Pergunta	Infraestrutura de Proctoring Favor confirmar se o proctoring pode ser desabilitado por exame com base na configuração do exame.
	RESPOSTA	Sim. O TR (PRO11, Anexo I) prevê a opção de habilitar ou desabilitar o recurso de proctoring por exame, de acordo com a configuração definida pelo contratante.
43	Pergunta	Proctoring / LGPD Favor esclarecer eventuais restrições sob a LGPD relacionadas a monitoramento biométrico, rastreamento ocular, reconhecimento facial, detecção de anomalias por IA e gravação de áudio/vídeo.
	RESPOSTA	Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados brasileira (LGPD – Lei nº 13.709/2018), dados biométricos são considerados dados pessoais sensíveis e exigem medidas reforçadas de proteção. O uso de monitoramento biométrico, reconhecimento facial, detecção de anomalias baseada em IA e gravação de áudio/vídeo deve cumprir os princípios da LGPD, incluindo transparência, necessidade, proporcionalidade, limitação de finalidade e medidas de segurança adequadas.
44	Pergunta	Questionário do Anexo I Favor confirmar se todos os requisitos “Must” devem estar plenamente disponíveis na etapa de submissão da proposta/PoC, ou se será aceito atendimento parcial com compromissos de cronogramas de customização.
	RESPOSTA	Os requisitos classificados como “Must” formam a base obrigatória de conformidade e fazem parte da pontuação máxima. O fornecedor deve declarar sua conformidade no Anexo I e demonstrar a capacidade correspondente quando solicitado. Compromissos futuros de customização não substituem a conformidade com um requisito obrigatório, salvo se expressamente aceitos pela RNP nos termos das regras formais do processo.
45	Pergunta	Questionário do Anexo I Favor esclarecer se os requisitos “Should” e “Could” são puramente itens de pontuação/classificação ou se algum deles pode se tornar obrigatório durante a avaliação técnica.
	RESPOSTA	Os itens “Should” e “Could” têm natureza classificatória e compõem a pontuação máxima como requisitos desejáveis. A RNP poderá verificar sua demonstração durante a avaliação técnica e a PoC para fins de classificação, sem alterar sua natureza original conforme definida no Anexo I, salvo se o instrumento for formalmente alterado.
46	Pergunta	Relatórios, Exportação, Importação e Interoperabilidade Favor confirmar com quais sistemas externos a plataforma deve se integrar, incluindo sistemas de cadastro de candidatos, provedores de identidade, sistemas psicométricos, ferramentas de analytics, bases governamentais ou plataformas LMS.
	RESPOSTA	O TR exige APIs documentadas para integração com sistemas externos e exportação estruturada para ambientes externos de análise estatística ou psicométrica. A lista final de integrações será definida de acordo com as necessidades do INEP/RNP e deverá ser executada utilizando o pool de horas de customização do projeto, conforme previsto no item 4.3.1.3 do Termo de Referência.

47	Pergunta	IMS QTI / Interoperabilidade Favor confirmar se o IMS QTI 2.1 ou superior é obrigatório tanto para importação quanto para exportação de itens/testes, ou apenas para interoperabilidade do banco de itens.
	RESPOSTA	O TR exige suporte, no mínimo, ao padrão IMS QTI 2.1 ou superior, associado à interoperabilidade de itens e testes. As funcionalidades de importação e exportação devem ser nativas, completas e não devem depender de desenvolvimento adicional, licenciamento complementar ou contratação de serviços não previstos.
48	Pergunta	APIs Favor confirmar se a documentação das APIs deve ser submetida como parte da proposta, da PoC ou apenas após a adjudicação do contrato.
	RESPOSTA	A documentação das APIs deve ser completa, atualizada e disponibilizada ao contratante. Durante a etapa de avaliação, o fornecedor deve evidenciar sua disponibilidade no Anexo I, e a RNP poderá solicitar documentação adicional durante a avaliação técnica, PoC ou execução contratual.
49	Pergunta	Autenticação / IDP Favor confirmar quais protocolos de autenticação são exigidos: SAML, OAuth2, OIDC, LDAP, SSO, MFA ou todos estes.
	RESPOSTA	A solução deverá suportar integração com mecanismos corporativos de autenticação e federação de identidade compatíveis com padrões de mercado e ambientes institucionais. Protocolos e mecanismos compatíveis com a autenticação, tais como SAML, OAuth2, OIDC e MFA, e com os requisitos definidos pela CONTRATANTE e estabelecidos no TR, deverão ser suportados.
50	Pergunta	Autenticação / IDP Favor confirmar se é exigida integração com algum provedor de identidade do governo brasileiro ou sistema de identidade específico do INEP/RNP.
	RESPOSTA	A plataforma Gov.br é a solução de autenticação preferencial exigida para a fase de implementação (https://acesso.gov.br/roteiro-tecnico/iniciarintegracao.html). Essa integração deverá ser executada utilizando o pool de horas de customização do projeto, conforme previsto no item 4.3.1.3 do Termo de Referência.
51	Pergunta	Segurança Favor confirmar se ISO 27001, SOC 2 ou alguma certificação de segurança do governo brasileiro é obrigatória ou preferencial.
	RESPOSTA	O Termo de Referência exige conformidade com a ISO 27001 e a ISO 22301, além da LGPD. Outras certificações, como SOC 2 ou certificações nacionais, podem ser apresentadas como evidências complementares, conforme aplicável e de acordo com os requisitos do Anexo I.
52	Pergunta	Segurança Favor confirmar se relatórios de avaliação de vulnerabilidade e testes de penetração devem ser submetidos com a proposta, durante a PoC ou antes do go-live.
	RESPOSTA	Evidências de segurança, incluindo relatórios de avaliação de vulnerabilidade ou testes de penetração, podem ser solicitadas de acordo com a etapa do processo. A RNP poderá solicitar tais documentos durante a avaliação técnica, PoC, implementação ou antes do go-live, conforme a necessidade de validação da solução.
53	Pergunta	Segurança Favor esclarecer se o relatório solicitado de teste de intrusão/penetração deve ser executado dentro de um prazo máximo de 45 dias a partir da submissão da proposta, da PoC ou da adjudicação do contrato.
	RESPOSTA	O TR não estabelece, no trecho analisado, um prazo específico de 45 dias vinculado à submissão da proposta, à PoC ou à assinatura do contrato. O fornecedor deve observar o requisito correspondente no Anexo I e apresentar evidências atualizadas quando solicitado pela RNP.
54	Pergunta	Privacidade e Proteção de Dados Favor confirmar se todos os dados pessoais, respostas de exames, logs, gravações, backups e registros de auditoria devem permanecer no Brasil.
	RESPOSTA	A solução deve operar em ambiente dedicado sob governança do INEP/RNP e, no Modelo B, em nuvem pública na região Brasil. Dados pessoais, respostas, logs, gravações, backups e registros de auditoria devem permanecer sob controle do contratante e cumprir a LGPD, os requisitos de segurança, governança e rastreabilidade e o instrumento contratual.
55	Pergunta	Privacidade e Proteção de Dados Favor confirmar se equipes de suporte offshore podem acessar sistemas de produção, logs ou dados de candidatos para troubleshooting, sujeitos a controles de acesso e obrigações de confidencialidade.
	RESPOSTA	O TR não presume acesso irrestrito por equipes offshore. Qualquer acesso a sistemas de produção, logs ou dados de candidatos deve cumprir a LGPD, controles de acesso, rastreabilidade, limitação de finalidade, confidencialidade, autorização do contratante e condições contratuais específicas.
56	Pergunta	Privacidade e Proteção de Dados Favor esclarecer se anonimização e pseudonimização são exigidas apenas para relatórios/uso estatístico ou também para dashboards operacionais.
	RESPOSTA	A PoC prevê a demonstração de técnicas de anonimização e pseudonimização em dados apresentados em formato de lista. A aplicação dessas técnicas em relatórios, dashboards operacionais ou visões estatísticas deve observar a finalidade, necessidade, perfil de acesso, governança definida pelo contratante e a LGPD.
57	Pergunta	Privacidade e Proteção de Dados Favor confirmar se a portabilidade/exportação de dados deve incluir todos os dados dos candidatos, dados de exames, bancos de itens, logs, gravações, metadados e trilhas de auditoria.
	RESPOSTA	A solução deve assegurar a exportação massiva de itens, respostas, notas, grupos de usuários, logs, gravações quando aplicável e versões de prova, além da plena portabilidade de conteúdos autorais e metadados, sem dependência de ferramentas proprietárias do fornecedor.
58	Pergunta	Monitoramento e Observabilidade Favor confirmar se a integração com Prometheus, Syslog, ELK/OpenSearch ou outras ferramentas de monitoramento/logging é obrigatória.
	RESPOSTA	A solução deverá fornecer mecanismos de monitoramento, observabilidade, auditoria e integração compatíveis com ferramentas corporativas padrão de mercado, atendendo aos requisitos de coleta de métricas, logging, rastreabilidade, alertas e operações definidos no TR.
59	Pergunta	Auditoria Favor esclarecer os requisitos esperados de imutabilidade para logs de acesso, logs de eventos, logs de exame e evidências de proctoring.
	RESPOSTA	Para fins de auditabilidade e conformidade, espera-se que a plataforma de software mantenha capacidades abrangentes e resistentes à adulteração de logging em logs de acesso, logs de eventos, logs de exame e evidências de proctoring. No mínimo, a aplicação deve registrar todas as atividades relevantes dos usuários e eventos relacionados à segurança, incluindo, mas não se limitando a: Eventos de autenticação de usuários, como tentativas de login, logins bem-sucedidos e eventos de logout; Informações de rastreamento de sessão, como timestamp de login, timestamp de logout, duração da sessão e identificador de usuário/conta; Todas as ações realizadas pelos usuários dentro da plataforma, incluindo acesso ao exame, submissões de respostas, eventos de navegação relacionados ao fluxo do exame, ações administrativas, alterações de permissão e qualquer operação que possa impactar a integridade ou rastreabilidade do processo de exame; Evidências relacionadas ao proctoring, incluindo eventos de monitoramento, alertas, detecções de comportamento suspeito, capturas de tela, gravações e timestamps associados. A plataforma deve garantir que logs de auditoria e evidências de proctoring estejam protegidos contra adulteração ou modificação não autorizada. Controles de integridade devem ser implementados por meio de mecanismos como hashing criptográfico, assinaturas digitais, encadeamento de hash ou abordagens equivalentes capazes de detectar qualquer alteração nos registros armazenados. Adicionalmente, os registros de auditoria devem conter timestamps confiáveis e suportar verificação de integridade durante todo o período de retenção, permitindo que ações históricas e eventos de exame sejam validados durante auditorias, investigações ou análises de disputa.
60	Pergunta	Documentos de Evidência Favor confirmar se arquitetura de referência, relatórios de testes de carga, relatórios de vulnerabilidade de segurança e receitas de IaC/implantação devem ser submetidos com a proposta ou posteriormente no processo de avaliação.
	RESPOSTA	Documentos técnicos complementares, como arquitetura de referência, evidências de testes de carga, relatórios de vulnerabilidade, receitas de implantação e artefatos de automação, podem ser solicitados durante as fases de avaliação técnica, prova de conceito, implementação ou execução contratual, conforme previsto no TR e nos instrumentos de avaliação aplicáveis.

61	Pergunta	Suporte – Regime Normal
	RESPOSTA	Favor confirmar se o suporte durante o horário comercial deve ser prestado em português. O TR prevê suporte durante o horário comercial no fuso horário do Brasil e transferência de conhecimento com material de apoio e documentação preferencialmente em português. Considerando o contexto institucional brasileiro, espera-se comunicação adequada com a RNP e o INEP, preferencialmente em português, especialmente para suporte funcional, treinamento e operação.
62	Pergunta	Suporte – Regime Normal
	RESPOSTA	Favor confirmar se o suporte 24/7 é obrigatório desde a abertura da janela oficial do exame até o encerramento da última sessão ativa. Sim. O regime especial de aplicação de exames exige suporte 24x7 desde a abertura da janela oficial até o encerramento da última sessão ativa.
63	Pergunta	Suporte – Regime Normal
	RESPOSTA	Favor confirmar se um canal prioritário dedicado para a RNP e o INEP deve estar disponível durante as janelas oficiais de exame. O canal prioritário poderá ocorrer no contexto do TR, itens 4.3.2.2 e 4.3.3 e seus subitens. Casos que poderão ser solicitados sob demanda.
64	Pergunta	Operação Assistida
	RESPOSTA	Favor confirmar se uma war room virtual é obrigatória durante as janelas de exame e quais papéis/perfis são esperados da equipe do fornecedor. A war room será solicitada sob demanda, por período predeterminado durante o exame. Os perfis exigidos apoiam as atividades descritas no item 4.3.3.1.3.
65	Pergunta	Operação Assistida
	RESPOSTA	Favor confirmar se a operação assistida presencial em Brasília-DF é obrigatória, opcional ou apenas sob demanda. É obrigatória e sob demanda, conforme estipulado no Termo de Referência, item 4.3.3.1.3.
66	Pergunta	Manutenção
	RESPOSTA	Favor confirmar se releases preventivos, atualizações críticas de segurança, releases cumulativos, releases major e pool de horas estão incluídos no escopo de manutenção ou são precificados separadamente. Os únicos itens cobrados separadamente no contexto da execução são: 4.3.1.3. item d) Pool de Horas; 4.3.2.2 (sob demanda) 4.3.3.1 e respectivos subitens
67	Pergunta	SLA
	RESPOSTA	Favor confirmar se penalidades de SLA ou créditos de serviço serão aplicados por falhas de resposta/resolução durante os regimes normal e especial. As sanções serão aplicadas conforme estipulado no item 4.3.4 do Termo de Referência e detalhadas no item 10 – Sanções. Deve-se observar que os SLAs de tempo se referem à categoria 2 do critério.
68	Pergunta	Minuta Contratual
	RESPOSTA	Favor confirmar se empresas estrangeiras sem CNPJ brasileiro são elegíveis para participar diretamente do processo ADC/15883/2026 e, se selecionadas, contratar diretamente com a RNP. O formulário de Intenção de Participação também exige o CNPJ da empresa interessada em participar e parece aceitar apenas valor numérico. Caso o CNPJ seja obrigatório para o formulário de interesse, submissão da proposta, contratação, faturamento ou pagamento, favor confirmar se fornecedores estrangeiros podem participar por meio de parceiro local brasileiro, representante ou subsidiária, e qual documentação seria exigida. O formulário de manifestação de interesse foi elaborado tendo em vista empresas brasileiras. Fornecedor estrangeiros podem participar do processo, e possuir CNPJ (identificação fiscal de empresa brasileira) não é obrigatório.
69	Pergunta	Minuta Contratual
	RESPOSTA	Favor confirmar se o faturamento deve ser feito localmente no Brasil ou se o faturamento internacional é aceitável. Se a empresa vencedora for estrangeira, o faturamento deverá ser feito por meio de Commercial Invoice.
70	Pergunta	Minuta Contratual
	RESPOSTA	Favor esclarecer se a execução contratual exige registro fiscal brasileiro, representante local ou arranjo bancário local. Não é necessário possuir registro fiscal brasileiro, representante local ou conta bancária local.
71	Pergunta	Minuta Contratual
	RESPOSTA	Favor esclarecer a exposição de responsabilidade por interrupção de exame, falhas de proctoring, vazamento de dados, incidente de segurança ou cálculo incorreto de nota/relatório. O regime de responsabilidade será regido pelo contrato a ser celebrado com o fornecedor selecionado, pelo Termo de Referência e pela legislação brasileira aplicável, incluindo o direito civil brasileiro. A contratada será responsável por falhas, defeitos, interrupções de serviço, falhas de proctoring, incidentes de segurança, vazamentos de dados ou cálculos incorretos de notas/relatórios que sejam atribuíveis à sua solução, aos serviços prestados, à sua equipe, subcontratados ou ao ambiente técnico sob sua responsabilidade. Sem prejuízo da avaliação de cada caso específico, a minuta contratual prevê medidas como a correção de falhas e não conformidades às expensas da contratada e sem custo adicional para a RNP, retenção ou suspensão de pagamentos, aplicação de penalidades, perdas e danos, rescisão contratual e quaisquer outras medidas cabíveis nos termos do contrato, do Termo de Referência e da legislação aplicável. A contratada também deverá reportar prontamente incidentes, falhas críticas, riscos relevantes ou ameaças à continuidade, desempenho ou segurança da solução.
72	Pergunta	Acessibilidade
	RESPOSTA	Favor confirmar se WCAG, eMAG ou qualquer outro padrão de acessibilidade é obrigatório. Não, o item REG03, Anexo I do TR, é considerado um item desejável.
73	Pergunta	Acessibilidade
	RESPOSTA	Favor esclarecer quais acomodações de acessibilidade são obrigatórias para a aplicação do exame, incluindo leitores de tela, zoom, audiodescrição, legendas, navegação por teclado e tecnologias assistivas. Não, os itens CNF15 e AVA41, Anexo I do TR, são considerados itens desejáveis.
74	Pergunta	Idiomas
	RESPOSTA	Favor confirmar se a localização em português brasileiro é exigida para toda a plataforma, incluindo interface do candidato, interface administrativa, relatórios, notificações, textos de ajuda, materiais de suporte e guias de usuário/administrador. A solução deve ser adequada ao uso institucional pelo INEP/RNP no Brasil. O Termo de Referência (TR) estipula documentação e material de apoio preferencialmente em português, e a Prova de Conceito (PoC) exige narrador/instrutor virtual em português. Interfaces, relatórios, notificações e materiais em português brasileiro serão considerados relevantes para aderência operacional e avaliação técnica, conforme o Anexo I.
75	Pergunta	Idiomas
	RESPOSTA	Favor confirmar se reuniões de implementação, demonstrações do fornecedor, walkthroughs da PoC, documentação técnica, materiais de treinamento e comunicações de suporte podem ser conduzidos/fornecidos em inglês, ou se também devem ser conduzidos/fornecidos em português brasileiro. Considerando o contexto institucional brasileiro e a necessidade de transferir conhecimento técnico e de negócio para a RNP e o INEP, recomenda-se que treinamentos, materiais de apoio, comunicações de suporte e interações operacionais sejam fornecidos preferencialmente em português. O uso do inglês poderá ser permitido em documentação técnica suplementar ou interações especializadas, desde que não comprometa a compreensão, a operação autônoma e a avaliação pela RNP/INEP.
76	Pergunta	CON02
	RESPOSTA	O suporte a expressões matemáticas deverá ocorrer via integração com ferramentas de mercado (ex.: LaTeX/MathJax/KaTeX/MATLAB) ou a expectativa é de implementação nativa? Além disso, a renderização deverá ocorrer em HTML/dinâmica ou através de geração de imagem? A solução deve suportar fórmulas matemáticas e notação científica, entre outros previstos no CNF21 no editor visual. A forma técnica de implementação, nativa ou por componente integrado, e a renderização HTML/dinâmica ou imagem, poderá ser indicada pelo fornecedor, desde que preserve usabilidade, acessibilidade, segurança, exportação e operação integral.

77	Pergunta	CON07 Sobre suportar, no mínimo, o padrão internacional de interoperabilidade: IMS QTI (Question & Test Interoperability), versão 2.1 ou superior, é necessário ter certificação de conformidade pela IMS para o padrão QTI?
	RESPOSTA	O TR exige suporte, no mínimo, ao padrão IMS QTI 2.1 ou superior, associado à interoperabilidade de itens e testes. As funcionalidades de importação e exportação devem ser nativas, completas e não devem depender de desenvolvimento adicional, licenciamento complementar ou contratação de serviços não previstos.
78	Pergunta	CON09 A solução deve ser 100% containerizada?
	RESPOSTA	O TR não estabelece obrigatoriedade de que a solução seja integralmente containerizada. A arquitetura proposta deverá atender aos requisitos de implantação, operação, escalabilidade, disponibilidade e suporte previstos no Termo de Referência. O fornecedor deverá demonstrar aderência ao modelo de implantação declarado, observando os requisitos aplicáveis do Termo de Referência e do Anexo I. Caso a solução seja apresentada em arquitetura containerizada, deverão ser demonstrados os componentes implantados, os mecanismos de implantação, atualização, escalabilidade, operação, observabilidade e continuidade, especialmente quando tais aspectos forem avaliados no contexto da PoC ou da documentação técnica exigida.
79	Pergunta	CON15 A contrata terá acesso ao banco de dados, log, telemetria da aplicação?
	RESPOSTA	Sim. A CONTRATANTE deverá possuir acesso às informações necessárias para operação, monitoramento, auditoria, rastreabilidade e fiscalização da solução, incluindo logs, registros e evidências. O acesso a banco de dados, logs, trilhas de auditoria, telemetria, configurações e demais registros deverá observar o modelo de implantação adotado e a repartição de responsabilidades prevista no Termo de Referência no item 4.2 e subitens. De todo modo, o contratante deverá dispor dos elementos necessários à fiscalização, auditoria, rastreabilidade, exportação, sustentação e governança da solução. A solução deverá assegurar integridade, disponibilidade, consistência, portabilidade e acesso auditável aos dados e registros, sem prejuízo das responsabilidades específicas do fornecedor, da RNP e do INEP conforme o modelo de implantação.
80	Pergunta	CON29 A solução já foi testada com mais de 20 mil. Qual seria o formato da entrega da evidência?
	RESPOSTA	As evidências poderão ser apresentadas por meio de relatórios técnicos, resultados de testes de carga e desempenho, contendo, preferencialmente, metodologia, data de execução, ambiente utilizado, volumetria, perfis de usuários simulados, cenários executados, scripts ou descrição dos fluxos testados, métricas de resposta, consumo de recursos, gargalos identificados, resultados obtidos e conclusões, laudos, registros de execução ou documentação equivalente que demonstre o atendimento ao requisito. A RNP poderá solicitar esclarecimentos ou evidências complementares caso o material apresentado não seja suficiente para validar a aderência ao requisito.
81	Pergunta	CON31 Quais são os cenários de testes recomendados?
	RESPOSTA	Os cenários de teste deverão contemplar os requisitos funcionais e não funcionais previstos no TR, incluindo desempenho, carga, escalabilidade, disponibilidade, segurança, continuidade e operação da solução.
82	Pergunta	CON44 A persistência de arquivos da aplicação pode ser realizada exclusivamente por meio de Object Storage acessado via API HTTPS, sem dependência de compartilhamentos de arquivos (SAN, SMB/CIFS ou NFS)?
	RESPOSTA	Sim. Serão aceitas arquiteturas que utilizem Object Storage acessado por API, desde que atendam aos requisitos de segurança, desempenho, disponibilidade, integridade, rastreabilidade, retenção, auditoria, exportação e continuidade definidos no Termo de Referência e no Anexo I. A adoção dessa abordagem não poderá implicar limitação funcional, degradação de desempenho, restrição de acesso a dados, redução da capacidade de auditoria ou dependência técnica incompatível com o modelo de implantação ofertado.
83	Pergunta	CON74 Qual é o RTO e RPO máximo para a solução de DR?
	RESPOSTA	O fornecedor deverá informar se sua aplicação está preparada para suportar DR, e por consequência pode sinalizar os RTO e RPO suportados por sua solução, descrevendo a estratégia de recuperação de desastre, replicação, backup, restauração, testes de continuidade e acionamento de contingência. A definição final dos parâmetros de RTO e RPO poderá ser consolidada no plano de arquitetura e implantação, observadas a criticidade do exame, a continuidade operacional esperada, as responsabilidades de infraestrutura e aplicação, e os requisitos de segurança, disponibilidade e recuperação previstos no Termo de Referência e no Anexo I.
84	Pergunta	CON94 Pode ser usado serviços PaaS e gerenciados da Microsoft Azure?
	RESPOSTA	Sim. Para o Modelo B poderão ser utilizados serviços gerenciados e recursos nativos dos provedores AWS, Azure ou GCP, desde que executados em região Brasil. Os recursos de nuvem deverão ser provisionados em contas de titularidade e gestão da CONTRATANTE, observados os requisitos de segurança e conformidade com a LGPD, portabilidade, interoperabilidade, continuidade operacional, acesso aos dados e demais requisitos previstos no TR e do Anexo I.
85	Pergunta	CON111 Quais artefatos técnicos vocês esperam receber exatamente? A arquitetura de referência deve representar o cenário atual ou uma proposta futura da solução? O nível de detalhamento esperado é mais executivo/macro ou técnico/detalhado? Qual o principal objetivo dessa documentação (sustentação, auditoria, onboarding, governança, etc.)?
	RESPOSTA	Espera-se que o fornecedor apresente documentação técnica suficiente para análise, validação, implantação, sustentação, auditoria, governança e eventual operação assistida da solução, portanto aderente ao objeto da contratação no Termo de Referência. A arquitetura de referência deverá representar a solução efetivamente ofertada para atendimento ao Termo de Referência, contemplando o cenário de implantação proposto pelo fornecedor, e não apenas uma visão genérica ou futura. O nível de detalhamento esperado é técnico, sem prejuízo de uma visão executiva complementar. Os artefatos devem contemplar, no mínimo, arquitetura lógica e física, componentes da solução, integrações, fluxos de dados, mecanismos de segurança, requisitos de infraestrutura, sizing, disponibilidade, backup, recuperação, observabilidade, logs, trilhas de auditoria, perfis de acesso, modelo de implantação, dependências tecnológicas e procedimentos de operação. Essas informações subsidiam a análise dos componentes técnicos necessários para a implantação do produto.
86	Pergunta	CON120, CON121 Como o software já terá sido entregue, gostaria de entender se esse escopo pressupõe um contrato contínuo de sustentação/manutenção ou um aditivo específico, pois os SLAs apresentados são típicos de operação e suporte em produção, não de desenvolvimento da solução. Além disso, qual será o mecanismo de identificação, registro e acionamento das ocorrências que dará início à contagem dos SLAs e garantirá o seu cumprimento?
	RESPOSTA	Natureza do Contrato e Escopo de Suporte: Conforme estabelecido na Seção 4.3 do TR, o modelo de contratação prevê uma estrutura híbrida. O licenciamento do software possui natureza não recorrente (pagamento único por licença perpétua), enquanto os serviços de suporte em produção e manutenção (corretiva, preventiva e evolutiva) serão regidos por um modelo de ciclos de contratação anual, com previsão de renovações sucessivas a cada ciclo. Os SLAs apresentados (itens CON120 e CON121) aplicam-se integralmente a esse ecossistema de sustentação e operação em produção. O escopo pressupõe a prestação de serviços de manutenção, suporte técnico e operação assistida sobre a camada de aplicação licenciada, em ciclo anual, conforme previsto no Termo de Referência no item 4.3 e respectivos subitens. Esses serviços não condicionam, restringem ou suspendem o direito de uso da licença perpétua adquirida. Os SLAs possuem natureza técnico-operacional e a contagem dos prazos de resposta e resolução terá início a partir do registro da ocorrência pelo contratante ou da ciência/detecção inequívoca do incidente pela contratada, o que ocorrer primeiro, conforme previsto no Termo de Referência.
87	Pergunta	CON122 Dado que o objeto do contrato prevê a entrega de uma solução de software, poderia ser detalhado o que se entende por manutenção preventiva, qual será sua vigência após a entrega da solução, quais componentes estarão cobertos por esse serviço e se sua execução estará vinculada a contrato de sustentação, garantia ou aditivo específico?
	RESPOSTA	Conforme estabelecido no item 4.3.1.2 do Termo de Referência, a manutenção preventiva corresponde às atualizações destinadas à preservação da segurança, estabilidade e compatibilidade tecnológica da solução. O escopo mínimo contempla atualizações de segurança e privacidade, atualizações de compatibilidade com navegadores, atualização de bibliotecas internas e correções acumulativas. A vigência inicial é de 1 ano, contado da homologação da etapa de implantação na infraestrutura definida pelo cliente, com possibilidade de renovação anual, conforme previsto no Termo de Referência.

88	Pergunta	CON123 Dado que o objeto do contrato prevê a entrega de uma solução de software, poderia ser detalhado o que se entende por acesso a novas versões majoritárias, atualizações funcionais padrão, melhorias de desempenho e pool de horas, bem como esclarecer se tais serviços fazem parte da garantia da solução, de um contrato contínuo de sustentação ou de contratação futura específica?
	RESPOSTA	Conforme estabelecido no termo de referência item 4.3 e subitens, desde que ativos os serviços de manutenção, suporte e operação assistida, estará sujeito a execução dos itens descritos para a vigência anual. No contexto dos serviços que compõem o ciclo anual de manutenção e sustentação da solução, sem prejuízo do direito de uso da licença perpétua, destaca-se no Anexo I o item CONF 123, que no escopo mínimo de manutenção evolutiva do TR (item 4.3.1.3), os termos referem-se a: * Acesso a novas versões majoritárias: Direito de receber atualizações estruturais e geracionais do software lançadas pelo fabricante, sem custos adicionais de licença; * Atualizações funcionais padrão: Entrega de pacotes trimestrais com incrementos de novas funcionalidades e melhorias de segurança padronizadas do produto. * Melhorias de desempenho: Otimizações e ajustes técnicos na camada de aplicação de forma contínua para garantir a desempenho, escalabilidade e estabilidade do sistema. * Pool de horas: Alocação de uma referência estimativa de 1.000 horas por ciclo anual, a ser acionada sob demanda (conforme a Tabela 3), para a execução de adequações evolutivas solicitadas pela contratante, sem que isso constitua obrigação mínima de consumo.
89	Pergunta	CON124 Poderia ser detalhado como será realizado o atendimento dos chamados e qual será o marco inicial considerado para a contagem dos SLAs de resposta e resolução?
	RESPOSTA	Atendimento dos chamados: O atendimento dos chamados em Regime Normal deverá ser realizado em horário comercial, de segunda a sexta-feira, entre 08h e 18h (fuso horário do Brasil), conforme estabelecido na subseção 4.3.2.1 do TR. O modo de acionamento esperado para este contexto é o encaminhamento automático de chamados pela equipe do CONTRATANTE, conforme especificado no item CON124 do Anexo I. Marco inicial de contagem dos SLAs: os prazos começam a ser contados oficialmente a partir do registro da ocorrência pelo contratante ou da ciência inequívoca/detecção do incidente pelo fornecedor, o que ocorrer primeiro. A regra geral está estabelecida no Termo de Referência, item 4.3.2.1 e deve estar em pleno acordo com os SLAs de resposta, resolução previstos.
90	Pergunta	CON125 Dado que o objeto do contrato prevê a entrega de uma solução de software, poderia ser detalhado se este plantão 24x7 durante as janelas de aplicação será contratado como serviço contínuo de operação/sustentação, bem como esclarecer como será realizado o monitoramento da solução, quem será responsável pela identificação e classificação dos incidentes e a partir de qual evento terá início a contagem dos SLAs definidos?
	RESPOSTA	O plantão 24x7 durante as janelas de aplicação integra o regime especial de suporte previsto no Termo de Referência, aplicável da abertura da janela oficial de aplicação até o encerramento da última sessão ativa. O monitoramento deverá ocorrer por meio da própria solução e dos painéis administrativos previstos, sem prejuízo dos mecanismos de infraestrutura aplicáveis conforme o modelo de implantação. A identificação e classificação dos incidentes observará a severidade, o impacto, a extensão da ocorrência, o número de usuários afetados e a criticidade da funcionalidade envolvida. A contagem dos SLAs terá início a partir do registro da ocorrência pelo contratante ou da ciência/detecção inequívoca do incidente pela contratada, o que ocorrer primeiro. Além disso, o planejamento detalhado será discutido no processo de implantação, mas devem conter os elementos essenciais para observabilidade da plataforma em tempo de execução de exame, entre outros detalhes constam previstos no termo de referência no item 4.3.2.2 e subitens.
91	Pergunta	CON126 Dado que o objeto do contrato prevê a entrega de uma solução de software, poderia ser detalhado o escopo da operação assistida, sua duração, os indicadores que deverão ser monitorados, as atividades preventivas esperadas e se este serviço será contratado como sustentação/operação contínua ou por demanda específica para cada aplicação de exame?
	RESPOSTA	A operação assistida é serviço complementar e temporário de acompanhamento ativo durante a fase de execução de aplicações reais de exames, não implicando transferência definitiva ao fornecedor das responsabilidades ordinárias de gestão da solução ou da governança do exame. O escopo contempla apoio técnico e funcional ao contratante, acompanhamento das primeiras aplicações, monitoramento de sessões em tempo real, apoio remoto durante o exame, equipe de contingência para falhas críticas, supervisão conjunta e relatório pós-aplicação. Além disso, informações como indicadores mínimos (poderão ser refinados no processo de implantação, mas devem conter os elementos essenciais para observabilidade da plataforma em tempo de execução de exame) entre outros detalhes constam previstos no termo de referência no item 4.3.3 e subitens.
92	Pergunta	CNF07 Poderia ser detalhado o comportamento esperado para o compartilhamento de itens entre aplicadores, incluindo quais perfis poderão realizar a operação, quais permissões deverão ser respeitadas e em quais cenários de negócio essa funcionalidade será utilizada?
	RESPOSTA	Espera-se que o compartilhamento de itens ocorra de forma controlada, parametrizável e auditável, respeitando perfis, permissões, segregação de funções, workflow de elaboração/revisão/aprovação, histórico de alterações e controle de versionamento. A funcionalidade deve permitir que usuários autorizados, como elaboradores, revisores, avaliadores ou administradores, conforme configuração definida pelo contratante, compartilhem itens dentro dos limites de acesso estabelecidos. A utilização da funcionalidade poderá ocorrer em cenários de elaboração colaborativa, revisão técnica, validação pedagógica, composição de bancos de itens e montagem de exames.
93	Pergunta	CNF14 Poderia ser detalhado o comportamento esperado do instrutor virtual, incluindo se deverá utilizar avatar, locução ou ambos, quais etapas do exame serão conduzidas, se haverá interação dinâmica com o candidato e quem será responsável pela produção e manutenção dos conteúdos audiovisuais necessários?
	RESPOSTA	O instrutor virtual deverá ser capaz de introduzir o caso/questão/exame, orientar o participante e conduzir o fluxo de interação da estação/etapa, (vide exemplo do caso de negócio previstos para a PoC). A funcionalidade poderá ser implementada por avatar, locução ou outro recurso equivalente, desde que atenda à finalidade de orientação e condução da experiência do participante. A solução deverá demonstrar a capacidade de criar (se aplicável), configurar, executar e atualizar tais conteúdos. A responsabilidade pela produção e manutenção dos conteúdos audiovisuais deverá ser detalhada pelo fornecedor em sua proposta e validada na etapa de demonstração/PoC.
94	Pergunta	CNF15 As legendas serão fornecidas pelo contratante ou geradas pela solução?
	RESPOSTA	É um requisito desejável que a solução ofereça suporte ao uso de legendas em conteúdos audiovisuais, especialmente quando associadas a vídeos, áudios ou recursos de acessibilidade. As legendas poderão ser fornecidas pelo contratante, geradas pela solução ou associadas por mecanismo de configuração, conforme a capacidade técnica ofertada pelo fornecedor. Em qualquer hipótese, deverão ser preservadas a acessibilidade, a possibilidade de revisão, o controle do conteúdo, a rastreabilidade e a consistência com os materiais oficiais do exame.
95	Pergunta	CNF17 Como deve funcionar o fluxo e como os papéis deverão se comportar?
	RESPOSTA	A solução deverá permitir a configuração de fluxos de trabalho e perfis de usuários compatíveis com as necessidades do banco de itens, da montagem de exames, da aplicação, da avaliação, da auditoria e da administração da plataforma. Os papéis deverão observar permissões configuráveis, segregação de funções, rastreabilidade das ações e controle de acesso baseado em perfis. Espera-se, no mínimo, a possibilidade de configuração de perfis como administrador, elaborador, revisor, avaliador, fiscal/supervisor, candidato e auditor, sem prejuízo de outros perfis que venham a ser definidos pelo contratante.
96	Pergunta	CNF18 Poderia ser detalhado em qual momento a validação deverá ser realizada e, caso sejam identificadas inconsistências ou necessidade de ajustes, qual deverá ser o comportamento esperado da solução?
	RESPOSTA	A validação poderá ocorrer em ambiente produtivo e não produtivo, antes da publicação ou aplicação oficial do exame, contemplando a verificação do exame estruturado, fluxos, mídias, temporizadores, regras de correção, perfis de acesso, relatórios, exportações e demais parâmetros configurados. Caso sejam identificadas inconsistências, a solução deverá permitir o bloqueio da publicação, o retorno para ajuste, a correção controlada da configuração e o registro auditável das alterações realizadas, conforme workflow definido pelo contratante, e em conformidade com demais requisitos previstos para a solução no Termo de Referência.

97	Pergunta	AVA01 Poderia ser detalhado quais diferenças funcionais e regras de negócio distinguem cada tipo de avaliação, bem como quais comportamentos específicos da solução deverão variar de acordo com a classificação selecionada?
	RESPOSTA	O requisito busca assegurar flexibilidade para configuração de diferentes tipos de avaliação, conforme regras de negócio definidas pelo contratante. As diferenças entre tipos de avaliação poderão envolver tempo total, tempo por seção ou item, formato de aplicação, uso de proctoring, tipos de itens, regras de correção, pesos, pontuação parcial, disponibilidade de materiais de apoio, exigência de identificação, ordem de execução e relatórios. Caberá ao fornecedor demonstrar que a solução permite parametrizar tais comportamentos sem comprometer os requisitos mínimos do Termo de Referência. Como referência, pode-se: Somativa: Avaliação aplicada ao final de um ciclo, etapa, disciplina, curso, módulo ou processo formativo, com o objetivo de verificar o nível de aprendizagem, proficiência ou competência alcançado pelo participante. Normalmente é utilizada para atribuição de nota, certificação, aprovação, progressão ou conclusão de etapa. Em boas práticas, deve estar alinhada aos objetivos de aprendizagem, possuir critérios claros de correção, permitir rastreabilidade dos resultados e assegurar isonomia entre os participantes. Formativa: Avaliação realizada ao longo do processo de aprendizagem, com foco no acompanhamento contínuo do desempenho do participante. Seu objetivo principal é fornecer feedback, identificar dificuldades, orientar intervenções pedagógicas e apoiar a melhoria progressiva da aprendizagem. Em boas práticas, deve permitir devolutivas claras, acompanhamento individual ou coletivo, identificação de lacunas e uso dos resultados para ajuste de estratégias de ensino, sem necessariamente produzir consequência classificatória ou certificadora. Intermediária: Avaliação aplicada em pontos de controle ao longo de um percurso formativo ou operacional, situada entre avaliações iniciais, formativas e finais. Tem como finalidade verificar o progresso parcial, validar etapas, medir aderência a metas intermediárias ou subsidiar decisões de ajuste antes da conclusão do processo. Em boas práticas, pode combinar características formativas e somativas, desde que seu objetivo esteja claramente definido. Pode ser utilizada, por exemplo, para aferir domínio parcial de competências, liberar avanço para nova etapa ou identificar necessidade de reforço antes da avaliação final. Diagnóstica: Avaliação aplicada, em geral, antes ou no início de um processo formativo, programa, curso ou intervenção, com o objetivo de identificar conhecimentos prévios, lacunas, níveis de proficiência, competências já desenvolvidas ou necessidades específicas dos participantes. Em boas práticas, seus resultados devem subsidiar planejamento pedagógico, alocação em trilhas de aprendizagem, definição de intervenções, personalização de atividades ou identificação de grupos que necessitam de apoio adicional. Diferentemente da avaliação somativa, sua finalidade principal não é certificar, mas orientar decisões pedagógicas e operacionais.
98	Pergunta	AVA02 Poderia ser detalhado se a geração dos itens deverá ocorrer de forma totalmente aleatória ou baseada em critérios e regras de negócio pré-definidas, bem como quais parâmetros deverão ser considerados na composição da avaliação?
	RESPOSTA	A geração ou seleção de itens não deve ser entendida como aleatória irrestrita. A montagem deverá observar critérios e regras de negócio configuráveis, tais como matriz de referência, área temática, nível de dificuldade, tipo de item, distribuição por categorias, controle de exposição, reutilização, equivalência entre versões e demais parâmetros definidos pelo contratante. A randomização poderá ser utilizada dentro dos limites das regras de montagem estabelecidas, preservando a consistência, comparabilidade e validade da avaliação. Assim, o que se requer é a capacidade da solução configurar as questões do exame de modo randômico.
99	Pergunta	AVA03 Matéria, assunto e tipo de prova serão campos cadastrais fixos, hierárquicos ou configuráveis, bem como se o agrupamento impactará apenas a organização visual dos itens ou também as regras de montagem da avaliação?
	RESPOSTA	A solução deverá permitir metadados configuráveis e extensíveis, de forma a viabilizar a gestão, busca, organização e controle dos itens. Os campos como matéria, assunto, tipo de prova, área temática, dificuldade e habilidade avaliada poderão ser utilizados tanto para organização visual quanto para regras de busca, seleção, agrupamento, montagem e composição da avaliação, conforme parametrização definida pelo contratante.
100	Pergunta	GUS01 Poderia ser detalhada a estrutura de perfis e permissões esperada para a solução, incluindo os níveis de acesso de cada tipo de usuário, as operações permitidas por perfil e as regras de compartilhamento de itens entre usuários com perfil elaborador?
	RESPOSTA	Espera-se que a solução permita gestão de perfis e permissões de forma configurável, segura e auditável, contemplando, no mínimo, perfis administrativos, elaboradores, revisores, avaliadores, fiscais/supervisores, candidatos e auditores, conforme definido no Termo de Referência. As operações permitidas por perfil deverão ser parametrizáveis, com controle de acesso, segregação de funções, trilha de auditoria, gestão do ciclo de vida dos usuários, controle de sessão e possibilidade de compartilhamento controlado de itens entre usuários autorizados, conforme regras definidas pelo contratante. Assim, os perfis, níveis de acesso, permissões associadas e regras de compartilhamento entre usuários ainda serão definidos pela contratante durante o processo de implantação e detalhamento dos requisitos. Portanto, espera-se que a solução possua mecanismos flexíveis de configuração e administração dessas permissões, sem dependência de perfis pré-definidos ou limitações que impeçam sua customização.
101	Pergunta	EXE03 Poderia ser detalhado o comportamento esperado da funcionalidade de pausa do exame, incluindo se o tempo de execução deverá continuar sendo contabilizado durante a pausa, ser interrompido temporariamente ou ser compensado posteriormente ao candidato?
	RESPOSTA	A funcionalidade de pausa deve ser compreendida como pausa técnica controlada, acionada conforme regras autorizadas pelo contratante. O comportamento quanto à contagem do tempo — continuidade, suspensão temporária ou compensação — deverá ser parametrizável ou definido no plano de configuração do exame, observadas as regras de negócio, a isonomia entre candidatos, a segurança da aplicação e a preservação da integridade do exame.
102	Pergunta	FED07 Considerando que a aplicação deverá executar em ambiente seguro, sem permitir saída do sistema durante o exame, poderia ser detalhado como a busca de informações externas ao DAP será realizada, quais fontes estarão autorizadas, se haverá whitelist de conteúdos e como será garantido que o candidato não consiga navegar livremente fora do ambiente controlado?
	RESPOSTA	Não há expectativa de navegação livre do candidato fora do ambiente controlado de aplicação do exame. Materiais de apoio, fontes, documentos, exames clínicos, protocolos ou conteúdos auxiliares deverão ser previamente definidos, autorizados e disponibilizados no próprio ambiente da prova, em área controlada, como pasta de materiais ou recurso equivalente disponibilizados e sob controle da plataforma de exames digitais. A solução deverá preservar o bloqueio de navegação externa, o controle de acesso, o proctoring, a segurança da sessão e a integridade da aplicação, conforme previstos nos requisitos definidos no Termo de Referência item 4.1 e respectivos subitens.
103	Pergunta	NOT03 Poderia ser detalhado como as notificações de manutenção ou indisponibilidade deverão ser realizadas, incluindo os canais de comunicação utilizados, os perfis que deverão ser notificados, a antecedência mínima esperada e os tipos de evento que exigirão comunicação prévia?
	RESPOSTA	A solução deverá permitir a comunicação de eventos de manutenção, indisponibilidade, degradação de serviço, alertas operacionais e demais eventos relevantes aos perfis definidos pelo contratante. Os canais, perfis notificados, antecedência mínima e tipos de evento deverão ser configuráveis ou formalizados no plano de implantação e operação. Espera-se que a comunicação seja compatível com a criticidade do evento, com registro auditável e com antecedência suficiente para evitar impacto indevido à aplicação dos exames, salvo situações emergenciais e em pleno acordo com os SLAs de resposta, resolução previstos e frequência mínima no Termo de Referência, no item 4.3 e respectivos subitens.

104	Pergunta	SEG04 Poderia ser detalhado a partir de qual evento será contabilizado o prazo máximo de 45 dias para disponibilização do relatório de teste de intrusão, bem como a periodicidade esperada para execução desses testes?
	RESPOSTA	Evidências de desempenho técnico podem ser solicitadas de acordo com as etapas do processo. Na Etapa 2, o fornecedor deve enviar o Anexo I completo, evidências de casos semelhantes e a proposta comercial. Na Etapa 3, o PoC terá uma finalidade demonstrativa e de validação, e a RNP poderá solicitar evidências adicionais, incluindo relatórios de desempenho ou testes de carga além de intrusão, se necessário. Assim, a disponibilização dos relatórios junto da documentação do Anexo I, em tempo de entrega das propostas são indicio de maturidade do produto. O fornecedor deve ser capaz de apoiar e/ou realizar testes de validação técnica de desempenho e segurança, de acordo com o modelo de implantação. Os Termos de Referência (TR) estipulam que a solução deve ser capaz de passar por ciclos definidos pelo cliente para validação de desempenho e segurança. Os detalhes operacionais desses testes serão definidos durante a fase de planejamento de implementação e execução. Assim, o teste será realizado pela RNP/INEP após a contratação, no ambiente selecionado para implantação, com o apoio do fornecedor para validar a capacidade de lidar com o exame a ser aplicado. Em relação à periodicidade, considerando as recomendações de mercado e boas práticas estabelecidas por referenciais como ISO/IEC 27001, NIST Cybersecurity Framework, NIST SP 800-115 e OWASP Testing Guide, recomenda-se que os testes de intrusão sejam realizados, no mínimo, anualmente. Adicionalmente, novas avaliações devem ser executadas sempre que ocorrerem mudanças significativas no ambiente, tais como alterações relevantes na infraestrutura, implementação de novas funcionalidades críticas, mudanças de arquitetura, integração com sistemas de terceiros ou após incidentes de segurança relevantes.
105	Pergunta	FLX01 Quais elementos da plataforma deverão ser passíveis de personalização, quais parâmetros poderão ser configurados pelo contratante e se existem limites ou regras específicas para adaptação de formatos de questões, tempo de prova e níveis de dificuldade?
	RESPOSTA	A plataforma deverá permitir personalização e parametrização compatíveis com os requisitos funcionais e operacionais previstos no Termo de Referência e no Anexo I. Entre os elementos passíveis de configuração, incluem-se formatos de questões, metadados, níveis de dificuldade, tempo total, tempo por seção ou item, regras de montagem, pesos, critérios de correção, perfis de acesso, fluxos de aprovação, materiais de apoio, identidade visual, janelas de aplicação, notificações, relatórios e parâmetros de segurança. Eventuais limites técnicos deverão ser claramente informados pelo fornecedor em sua resposta, documentação técnica e demonstração, sem prejuízo do atendimento aos requisitos mínimos estabelecidos.
106	Pergunta	PPD12 Poderia ser detalhado se existe alguma política mínima de senhas que a solução deverá atender, bem como eventuais requisitos normativos ou padrões de segurança específicos a serem observados?
	RESPOSTA	A solução deverá adotar mecanismos seguros para armazenamento e autenticação de credenciais, utilizando algoritmos criptográficos apropriados para proteção de senhas. Como requisito mínimo, a política de senhas deverá exigir: No mínimo 8 caracteres; Letras maiúsculas e minúsculas; Números; Caracteres especiais. A solução deverá permitir a parametrização das regras de autenticação e senhas, possibilitando a adequação a políticas institucionais de segurança da informação, normativos internos e boas práticas de mercado vigentes durante a vigência contratual.
107	Pergunta	5. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA Sobre a conformidade com as normas ISO 22301 (Gestão da Continuidade de Negócios) e ISO 27001 (Segurança da Informação), é preciso ter certificações oficiais pelas normas ou é suficiente apresentar evidências que comprovem processos ativos de sistemas de gestão aderentes às normas?
	RESPOSTA	Não é obrigatória a apresentação de certificação oficial nas normas ISO 22301 e ISO/IEC 27001. Entretanto, o fornecedor deverá ser capaz de apresentar evidências que comprovem a adoção de controles e processos de Segurança da Informação e Gestão da Continuidade de Negócios alinhados às boas práticas e aos requisitos estabelecidos por essas normas.
108	Pergunta	A INEP/RNP poderia confirmar se um modelo de assinatura SaaS, com preços alinhados aos volumes de candidatos ou de uso, seria aceitável em substituição ao modelo de licença perpétua ilimitada descrito na RFP? Caso seja necessário um modelo de custo fixo ou de licença ilimitada, poderiam também confirmar se aceitariam que este fosse fornecido como uma assinatura SaaS em vez de uma licença perpétua?
	RESPOSTA	A INEP/RNP poderia confirmar se a hospedagem SaaS gerenciada pelo fornecedor na AWS, com dados hospedados no Brasil, seria aceitável? Um ponto relacionado é que a base para o contrato de serviços seria normalmente o nosso Contrato Mestre de Serviços padrão, que define os termos SaaS relevantes, os níveis de serviço, os acordos de suporte, as responsabilidades de hospedagem, as obrigações de segurança e as disposições de processamento de dados. Dentro do Contrato Mestre de Serviços, existe um mecanismo para incluir termos especiais, conforme acordado entre as partes, se necessário. Poderiam confirmar se a INEP/RNP estaria aberta a contratar com base nesse contrato, sujeito à devida análise e discussão? A RNP reconhece a relevância das informações apresentadas, bem como a experiência da sua empresa no fornecimento de soluções digitais de avaliação, especialmente em contextos de alta importância, avaliação profissional e exames baseados em simulação. Também registra que a manifestação apresentada foi clara ao indicar que o modelo padrão da sua solução difere, em aspectos comerciais, técnicos e contratuais, das condições estabelecidas no Termo de Referência e em seu Anexo I. Em relação ao modelo de licenciamento, confirma-se que o Termo de Referência estabelece como requisito da contratação a disponibilização de licença perpétua, com uso institucional irrestrito e por tempo indeterminado da solução de exames digitais, assegurando ao INEP e à RNP o direito de uso pleno da plataforma, sem limitação quanto ao número de usuários, itens, bancos de itens, exames, aplicações simultâneas, ciclos anuais de aplicação e volume de armazenamento associado à lógica funcional da plataforma. Dessa forma, modelos comerciais baseados exclusivamente em assinatura SaaS, pagamento por uso, volume de candidatos, consumo ou recorrência vinculada ao direito de uso da solução não se mostram compatíveis com o modelo de negócio definido no Termo de Referência para a 1ª etapa de habilitação comercial. Ressalta-se que os serviços de manutenção, suporte técnico e operação assistida poderão possuir natureza recorrente anual, conforme previsto no próprio Termo de Referência, sem que isso condicione, suspenda ou restrinja o direito de uso da licença perpétua adquirida. Quanto ao modelo de hospedagem e implantação, o Termo de Referência admite duas modalidades: Modelo A, em infraestrutura própria disponibilizada pelo INEP; e Modelo B, em infraestrutura de nuvem pública AWS, Azure ou GCP, em região Brasil, provisionada pela RNP. Em ambos os casos, a solução deverá assegurar continuidade operacional, acesso integral aos dados, auditabilidade, portabilidade, governança institucional e possibilidade de operação pela RNP ou pelo INEP, não sendo admitida dependência técnica que inviabilize a execução da solução pelo contratante. Nesse sentido, embora a oferta de hospedagem em AWS, com dados residentes no Brasil, possa atender parcialmente a preocupações relativas à localização dos dados, o modelo de SaaS integralmente gerido pelo fornecedor, em conta cloud própria ou sob seu controle exclusivo, não corresponde às alternativas de implantação atualmente previstas no Termo de Referência e no Anexo I. Quanto à utilização do seu Master Services Agreement padrão, a RNP esclarece que documentos contratuais próprios do fornecedor poderão ser avaliados, se necessário, apenas como subsídios negociais e técnicos, caso a empresa venha a ser habilitada e avance nas etapas subsequentes. Todavia, eventual contratação deverá observar o instrumento contratual a ser celebrado com a RNP, as normas aplicáveis às suas contratações, as exigências do Termo de Referência e as condições necessárias à proteção dos interesses institucionais da RNP e do INEP. Assim, para fins da 1ª etapa de habilitação comercial, solicita-se que você confirme, de forma objetiva, se possui condições de atender integralmente ao modelo de licenciamento perpétuo, uso institucional irrestrito e implantação nos modelos previstos no Termo de Referência e no Anexo I. Caso mantenham exclusivamente o modelo de assinatura SaaS, com precificação por uso ou por candidato, e hospedagem integralmente gerida pelo fornecedor, sua manifestação será compreendida como não aderente às condições mínimas estabelecidas para prosseguimento no presente processo. A RNP reforça que a manutenção desses requisitos busca preservar a isonomia entre os participantes, a comparabilidade objetiva das propostas, a segurança jurídica da contratação, a governança institucional da solução, a soberania sobre os dados e a aderência às diretrizes estabelecidas pelo INEP para a modernização dos exames digitais.
109	Pergunta	
	RESPOSTA	
110	Pergunta	
	RESPOSTA	